

27/11/2024 - INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DA INDÚSTRIA

ENAI 2024: Neoliberalização e redução do Custo Brasil

O 14º Encontro Nacional da Indústria (ENAI), principal evento de mobilização do setor no Brasil, reuniu, em 27 de novembro de 2024, em Brasília, mais de 1,4 mil líderes industriais, entre dirigentes das federações estaduais da indústria e de associações setoriais, especialistas e autoridades, entre as quais, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Com o tema “Neoliberalização e redução do Custo Brasil: uma nova indústria para um futuro sustentável”, esta edição do encontro debateu estratégias para o aumento da competitividade, inovação e sustentabilidade da indústria brasileira.

O evento destacou a importância estratégica da indústria no processo de desenvolvimento econômico, ressaltando sua capacidade de agregar valor às demais atividades produtivas. De acordo com a CNI, **o Brasil deve priorizar a indústria enquanto um dos eixos de sua estratégia desenvolvimento. Para tal, o Brasil deve explorar as sinergias entre a indústria, a agropecuária e o setor de serviços**, promovendo uma integração que maximize os impactos econômicos. **Isso implica no desenho e implementação de uma política industrial robusta e perene**, aos moldes da bem-sucedida política que levou o agronegócio brasileiro a um lugar de destaque global.

Na ocasião, também foram celebrados dois acordos de cooperação e lançadas iniciativas em temas-chave:

- **Observatório do Custo Brasil:** Lançada pelo vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, a plataforma é uma iniciativa do Movimento Brasil Competitivo, em parceria com o MDIC e com o apoio da CNI, que acompanha e analisa políticas em áreas estratégicas, focando em iniciativas com potencial de impacto mensurável, o que permite uma avaliação precisa de avanços feitos.
- **Movimento Empresarial pela Saúde:** Iniciativa para a construção de uma agenda propositiva para promoção do acesso à saúde com equidade, qualidade e sustentabilidade. Nesta oportunidade, o SESI assinou um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde voltado à implementação de programas de promoção e prevenção à saúde a partir da utilização da saúde digital.
- **Cooperação entre o BNDES e o Instituto Amazônia+21:** Termo de Cooperação entre o BNDES e o Instituto Amazônia+21 (IAM+21) com o objetivo de viabilizar o intercâmbio de informações, experiências e estudos e a implementação de iniciativas que promovam negócios inclusivos e sustentáveis na região Amazônica.
- **Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Serviço Social da Indústria (SESI):** Acordo de cooperação técnica entre o MTE e o SESI e, na qualidade de Interviente, o Conselho Nacional do SESI, visando promoção da qualificação profissional integrada à elevação da escolaridade para trabalhadores e trabalhadoras, por meio da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada ao ensino fundamental - anos finais e ensino médio.

PRINCIPAIS MENSAGENS E RECOMENDAÇÕES

A indústria continua a ser um setor estratégico para a retomada do crescimento e desenvolvimento sustentável

A indústria é essencial para o desenvolvimento tecnológico, a criação de empregos de qualidade e a produção de riqueza, com um potencial decisivo para impulsionar a economia e fortalecer as cadeias de valor. Por ser diversificado e com amplo poder de encadeamento, o setor mobiliza diversas atividades do processo produtivo. Além disso, a indústria responde por 66,6% das exportações de bens e serviços, cerca 70% dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento no país e paga salários cerca de 30% superiores à média nacional para trabalhadores de nível superior.

Uma política industrial perene no centro da estratégia de desenvolvimento do País

A política industrial deve estar no centro da agenda nacional de desenvolvimento. Os planos estruturantes do Brasil, como a Nova Indústria Brasil (NIB), o Plano de Transformação Ecológica (PTE) e novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) buscam responder a desafios atuais, como a emergência climática, o aumento das rivalidades e conflitos entre países, a falta de resiliência de cadeias produtivas e o movimento de rearranjo das cadeias globais de valor. A governança e a coordenação desses planos e o diálogo contínuo com o setor privado são essenciais para o alcance de resultados efetivos para o país.

Atuação sistêmica e de Estado no combate ao Custo Brasil

O Custo Brasil é uma medida de distância na qualidade do ambiente de negócios em relação aos países que competem com a indústria brasileira. Nessa corrida global, nossos concorrentes estão constantemente evoluindo. Dessa forma, a redução do Custo Brasil só é possível a partir de uma ação coordenada, objetiva e contínua contra os entraves à competitividade, com canais de diálogo transparentes com o setor produtivo, para permitir o aprimoramento constante de políticas públicas.

Recursos em quantidade e a custo competitivo nos financiamentos do Plano Mais Produção

Os recursos para o financiamento de investimentos na indústria devem ser garantidos em volume e custo necessários para que o setor contribua decisivamente para os resultados da nova política industrial e que, conseqüentemente, ocorra ampliação e a modernização do parque industrial. A Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD) e a depreciação acelerada são avanços importantes, que devem ser ampliados. O Plano Mais Produção (P+P) deve se inspirar no êxito obtido pelo Plano Safra.

Fortalecimento do protagonismo feminino na economia e na indústria do futuro

As mulheres têm conquistado avanços no acesso à educação, no mercado de trabalho, na política e nas cadeias globais de valor, e ainda há muito o que fazer para aumentar o espaço e o protagonismo feminino nessas áreas. Para contribuir com a construção de ambientes mais inclusivos, é preciso avançar em políticas e iniciativas que estimulem a inserção de mulheres no mercado de trabalho, favoreçam o desenvolvimento em competências do futuro, a liderança e o empreendedorismo feminismo no Brasil.

Sistema tributário moderno e eficiente

A boa qualidade da regulamentação do novo sistema de tributação do consumo e o aprimoramento do sistema de tributação da renda contribuem para tornar o sistema tributário eficiente, funcional e alinhado às melhores práticas internacionais e garantem maior produtividade e competitividade para a indústria.

Menor custo de capital para garantir competitividade

A redução do custo de capital é essencial para que as indústrias se financiem a taxas de juros menores e próximas das praticadas nos principais países que competem com o Brasil. Para isso, é preciso reduzir a taxa básica de juros e atacar os componentes do elevado spread bancário, como forte concentração bancária, tributação sobre a intermediação financeira e baixa recuperação do crédito.

Inserção internacional pragmática

A participação do Brasil nas cadeias globais de valor deve ser ampliada, por meio do aumento das exportações e da celebração de acordos comerciais com parceiros estratégicos e com novos mercados. O combate à concorrência desleal e a eliminação das barreiras comerciais em terceiros países são essenciais. O financiamento às exportações de bens e serviços deve ser fortalecido, bem como investimentos externos orientados à modernização do parque industrial e ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas devem ser promovidos. A representação dos interesses da indústria em foros globais, como o B20 e o CEBRICS, conecta o setor privado às agendas públicas internacionais, consolida recomendações, iniciativas e ações que promovem o desenvolvimento sustentável.

Novo pacto pela produtividade da indústria brasileira

O impulso à inovação no setor produtivo, a facilitação do acesso a recursos de subvenção para P&D, bem como a aproximação entre instituições de pesquisa e indústria são essenciais para a produtividade. É preciso modernizar o sistema de marcas e patentes, apoiar startups, habitats de inovação e fundos de capital de risco, bem como fortalecer os projetos de pesquisa para ampliar a diversificação e o aumento da complexidade produtiva em áreas estratégicas para o país, em especial, aquelas voltadas à transformação digital.

Descarbonização e powershoring é a principal janela de oportunidade para o país

A construção de uma estratégia nacional de descarbonização deve priorizar iniciativas para a transição energética, mercado de carbono, economia circular e conservação florestal. O Brasil ainda pode se beneficiar do movimento de powershoring, atraindo para o país os investimentos que buscam energia limpa, segura e a preços competitivos.

Energia e transportes mais baratos e eficientes

É preciso reduzir o custo da energia, aumentar a oferta de gás natural a preços competitivos, melhorar a qualidade das estradas, reduzir o uso do transporte rodoviário em longas distâncias com substituição por outras modalidades e modernizar o sistema portuário para receber navios de grande porte.

Recursos humanos capacitados para a nova economia

O aumento da qualidade da educação e o investimento na educação profissional e tecnológica são essenciais para atender as demandas do mercado de trabalho em constante evolução, formar recursos humanos que contribuam para o aumento da produtividade e apoiar a reinserção da população que hoje se encontra fora do mercado de trabalho.

Melhoria da qualidade regulatória

Um processo regulatório mais claro, transparente, previsível e baseado em evidências, com ampla participação dos setores regulados e alinhado às melhores práticas internacionais, e o combate às práticas ilegais de comércio e o fortalecimento da segurança pública contribuem para melhorar o ambiente de negócios e incentivar o investimento.

Combate às ilegalidades que prejudicam o ambiente de negócios brasileiro

Atividades ilegítimas de comércio – pirataria, contrabando, roubo de carga e outros – trazem enormes prejuízos para a indústria brasileira. A venda de produtos ilícitos sabota a lucratividade das empresas, desestimulando o emprego e os investimentos em produção e inovação. O comércio ilegal também prejudica a arrecadação do governo e causa problemas à segurança, à saúde e à privacidade dos indivíduos, comprometendo o bem-estar coletivo. O poder público, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade precisam unir esforços para garantir a adoção de políticas modernas e de ações eficientes para inibir o comércio ilegal.

Atendimento à Imprensa

(61) 3317-9406 / 9578

imprensa@cni.com.br



noticias.portaldaindustria.com.br